



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

1

2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE,**  
3 **REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS**  
4 **(27/05/2026) (gravação de áudio arquivado na Secretaria deste Conselho).**

5 Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte seis, em  
6 primeira chamada às dezoito horas, na sede do Conselho Municipal de Saúde,  
7 sito a Rua Amazonas, 161, Centro, sob a coordenação presidente Orivaldo  
8 Benedito de Lima, e na presença de todos os que assinaram a lista própria,  
9 deu início a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Catanduva  
10 – SP. O Presidente, após a verificação do quórum regimental, informou que o  
11 Secretário Municipal de Saúde pretende realizar, no mês seguinte, uma reunião  
12 com os novos conselheiros para apresentar a estrutura e os fluxos da  
13 Secretaria, não estando presente na reunião devido a compromisso  
14 institucional. Também relatou o retorno positivo recebido sobre as palestras do  
15 conselheiro Newton Fernando Veteri realizadas junto aos alunos de  
16 Enfermagem, solicitando a continuidade da iniciativa e convidando outros  
17 conselheiros interessados a participarem das atividades. Por fim, informou que  
18 a apresentação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)  
19 ocorreria no dia 29 de maio, às 10h, na Câmara Municipal. Em seguida, passou  
20 a palavra à representante da Secretaria Municipal de Saúde. Nos **informes da**  
21 **Secretaria Municipal de Saúde**, a conselheira Alessandra Merighi Montes  
22 Mota reforçou o convite para a apresentação do Relatório Detalhado do  
23 Quadrimestre Anterior (RDQA), agendada para o dia 29 de maio, às 10h, na  
24 Câmara Municipal, destacando a importância da participação dos conselheiros.  
25 Informou ainda o início da campanha de vacinação contra a influenza nas  
26 escolas municipais, com vacinação das crianças no ambiente escolar e  
27 divulgação do cronograma por meio das redes sociais oficiais. Em seguida, o  
28 Presidente informou sobre solicitação encaminhada pelo conselheiro Newton  
29 Fernando Veteri, referente a reclamações de usuários sobre dificuldades na  
30 realização de exames de sangue nas unidades de saúde. Foi relatado que os  
31 questionamentos haviam sido encaminhados previamente à Secretaria  
32 Municipal de Saúde, sem retorno até aquele momento. Diante disso, deliberou-



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

33

34 se pelo encaminhamento formal da demanda à Secretaria Municipal de Saúde  
35 e ao Hospital Padre Albino/Senhor Bom Jesus, para apuração dos fatos e  
36 posterior resposta ao Conselho. Na sequência, foi apresentado o Ofício nº  
37 011/2026 da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a indicação de um  
38 representante titular e um suplente do Conselho Municipal de Saúde para  
39 compor o Comitê de Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância  
40 (PMPI). Após manifestação de interesse dos presentes, foram indicadas as  
41 conselheiras Andréa Verna Pereira e Ana Paula de Moraes Panicio, que  
42 posteriormente definiriam entre si as funções de titular e suplente. A  
43 conselheira Alessandra informou ainda o recebimento de uma emenda  
44 parlamentar no valor de R\$ 100.000,00 destinada à aquisição de  
45 medicamentos. Esclareceu que houve apenas um equívoco de preenchimento  
46 na natureza da despesa durante o cadastro da proposta, sem prejuízo à  
47 destinação dos recursos. Passou-se então à composição das comissões  
48 permanentes do Conselho. Antes da definição dos membros, o conselheiro  
49 Guido Corsini Neto solicitou esclarecimentos sobre as atribuições das  
50 comissões, especialmente para os novos conselheiros. Em resposta, o  
51 conselheiro Veteri apresentou as competências da Comissão de Orçamento e  
52 Finanças em Saúde, destacando sua responsabilidade na análise das  
53 prestações de contas da Secretaria Municipal de Saúde e das entidades  
54 conveniadas, bem como na elaboração de pareceres que subsidiam as  
55 deliberações do Plenário. Ressaltou a relevância da comissão para o exercício  
56 do controle social e para a correta aplicação dos recursos públicos. Após as  
57 manifestações, foram definidas as composições das **Comissões Permanentes**  
58 **do Conselho Municipal de Saúde**, ficando a Comissão de Orçamento e  
59 Finanças em Saúde composta por Andréa Verna Pereira, Daniel Henrique  
60 Gonçalves, Emerson Cleiton Rodrigues, Newton Fernando Veteri e Sérgio  
61 Menoci Rodrigues dos Santos; a Comissão de Ações e Serviços em Saúde  
62 composta por Alessandra Merighi Montes Mota, Eva Narciso Miguel, Fábila  
63 Ferreira da Silva Pietro, Gislaine Terezinha Grandizolli Martani, Maria  
64 Aparecida de Oliveira Martins, Raphael Dias Monteiro e Regina Maria Porto



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

66 Ruelle; e a Comissão de Comunicação e Educação em Saúde composta por  
67 Flavia Carolina Malaquias Chagas, Giselda Mara Orlando Gozzo, Guido Corsini  
68 Neto, Regina Maria Porto Ruelle e Sophia Laura Pereira Araújo. Durante a  
69 discussão, foi levantada a questão da participação de conselheiros suplentes  
70 nas comissões permanentes. Considerando que o Regimento Interno não trata  
71 expressamente do tema, o Presidente submeteu a matéria à apreciação do  
72 Plenário. Após votação, foi aprovada por unanimidade a possibilidade de  
73 participação dos suplentes nas comissões, assegurando-lhes direito à voz, mas  
74 não ao voto quando presente o respectivo titular. Também foi discutida a  
75 necessidade de indicação de representantes para a Comissão de Avaliação de  
76 Contratos e Convênios da Secretaria Municipal de Saúde, formada por  
77 membros da Comissão de Orçamento e Finanças. Após os esclarecimentos  
78 necessários, ficou definido que os representantes seriam posteriormente  
79 formalizados conforme a composição aprovada. Por fim, o conselheiro Guido  
80 abordou a situação dos Grupos de Trabalho de Humanização e Ouvidoria,  
81 sugerindo a recomposição dos membros em razão da saída de alguns  
82 participantes. A suplente Andréa Alcântara Bertochi destacou as dificuldades  
83 enfrentadas pelo Grupo de Trabalho de Humanização em razão da falta de  
84 integrantes, relatando que projetos já haviam sido elaborados e encaminhados,  
85 mas que a continuidade das ações dependia da ampliação da participação de  
86 conselheiros e suplentes. O Presidente orientou que o convite para novos  
87 participantes fosse realizado por meio do grupo oficial de comunicação do  
88 Conselho, em observância ao Regimento Interno e à pauta da reunião.  
89 Passando à **pauta de discussão e deliberação das atas**, o Presidente  
90 informou que seriam apreciadas as duas atas das reuniões extraordinárias  
91 realizadas em 15 de abril de 2025, referentes ao processo de composição do  
92 Conselho Municipal de Saúde. Destacou que ambas haviam sido previamente  
93 encaminhadas aos conselheiros para análise e abriu espaço para  
94 manifestações, questionando se havia alguma objeção ou apontamento em  
95 relação ao conteúdo registrado. Não havendo manifestações, as atas foram  
96 submetidas à votação e aprovadas por unanimidade. O Presidente orientou



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

98 ainda que a assinatura dos documentos seria realizada apenas pelos  
99 conselheiros que estiveram presentes nas respectivas reuniões. Passando ao  
100 item referente à **análise e deliberação das prestações de contas da**  
101 **Secretaria Municipal de Saúde**, o Presidente informou que a Comissão de  
102 Orçamento e Finanças havia encaminhado o Parecer nº 05/2026,  
103 recomendando o adiamento da análise das prestações de contas referentes ao  
104 mês de março de 2026. O conselheiro Veteri realizou a leitura do parecer,  
105 esclarecendo que, em razão do início do novo mandato 2026-2028 e da ainda  
106 não recomposta Comissão de Orçamento e Finanças, não foi possível realizar  
107 a análise dos documentos apresentados. Destacou que os únicos membros  
108 remanescentes da comissão pertenciam ao mesmo segmento de  
109 representação, não atendendo ao princípio da paridade previsto no Regimento  
110 Interno e na legislação vigente. Diante disso, a comissão recomendou o  
111 adiamento da análise das prestações de contas da Secretaria Municipal de  
112 Saúde, das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e demais  
113 documentos financeiros, para que a nova comissão, devidamente constituída,  
114 pudesse realizar a avaliação técnica e emitir parecer. Colocado em votação  
115 pelo Presidente, o adiamento da análise e deliberação das prestações de  
116 contas referentes ao mês de março de 2026 foi aprovado por unanimidade.  
117 Passando ao item referente à **baixa de veículos da Secretaria Municipal de**  
118 **Saúde**, o Presidente esclareceu que a pauta contemplava a solicitação de  
119 baixa de cinco veículos e a retificação de deliberação anterior referente à  
120 viatura placa EOB-0251, que havia sido aprovada para descaracterização, mas  
121 que, em razão do elevado custo de recuperação, superior a 40% do valor de  
122 mercado, deveria ser enquadrada como baixa patrimonial. O conselheiro  
123 Sérgio Menoci Rodrigues dos Santos apresentou os veículos objeto da  
124 solicitação, informando que todos se encontravam em condições inadequadas  
125 de uso, com elevado desgaste decorrente do tempo de utilização, alta  
126 quilometragem e custos de manutenção considerados inviáveis. Destacou que  
127 alguns veículos possuíam mais de 20 anos de uso e, no caso de uma das  
128 ambulâncias, a quilometragem ultrapassava um milhão de quilômetros.

130 Durante os esclarecimentos, foi explicado que, conforme orientação dos órgãos  
131 de controle, especialmente do Tribunal de Contas, veículos cujo custo de  
132 manutenção ultrapasse 40% do seu valor de mercado tornam-se  
133 economicamente inviáveis para permanência em serviço. Nesses casos, é  
134 realizada a baixa junto à secretaria de origem e os veículos são encaminhados  
135 ao setor responsável pela gestão da frota municipal, que avalia a possibilidade  
136 de reaproveitamento por outras secretarias ou, não sendo viável, sua  
137 destinação por meio de leilão público. O conselheiro Guido questionou o estado  
138 de conservação dos veículos e os motivos que levaram à situação  
139 apresentada. Em resposta, foi esclarecido que o desgaste decorre do uso  
140 intenso dos veículos da saúde, especialmente aqueles destinados ao  
141 transporte de pacientes e ações de vigilância, além das limitações relacionadas  
142 à manutenção e à substituição da frota. Também foi informado que a alta  
143 quilometragem e o desgaste natural dos componentes tornaram inviável a  
144 continuidade dos reparos. A conselheira Ana Paula de Moraes Panicio  
145 questionou sobre os mecanismos de fiscalização e acompanhamento da  
146 manutenção da frota. Em resposta, foi explicado que existe um departamento  
147 responsável pela gestão e manutenção dos veículos municipais, cabendo às  
148 secretarias solicitar e acompanhar os serviços necessários. Após os  
149 esclarecimentos e não havendo mais manifestações, o Presidente colocou em  
150 votação a baixa dos veículos de placas BPY-5053, BPY-4997, JKH-9541, EOB-  
151 0277 e DMN-2362, bem como a retificação da deliberação referente à viatura  
152 EOB-0251, alterando sua destinação de descaracterização para baixa  
153 patrimonial. A matéria foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros  
154 presentes. Durante os **informes dos conselheiros municipais de saúde**,  
155 foram discutidas principalmente as dificuldades relacionadas ao acesso a  
156 especialistas e à falta de profissionais em determinadas áreas da saúde. O  
157 conselheiro Raphael Dias Monteiro relatou o caso de uma usuária portadora  
158 de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) que aguarda atendimento  
159 com pneumologista há aproximadamente um ano. Segundo o relato, a paciente  
160 já havia sido encaminhada para São José do Rio Preto, mas enfrenta



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

161

162 dificuldades para realizar o tratamento devido à necessidade de cuidar do  
163 marido, que possui Alzheimer, e à ausência de alguém que possa acompanhá-  
164 lo durante sua permanência fora de casa. Raphael também mencionou  
165 reclamações relacionadas à falta de fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais  
166 para atender crianças com necessidades especiais e solicitou esclarecimentos  
167 sobre as providências que estão sendo tomadas para suprir essas demandas.  
168 Em resposta, a Secretaria Municipal de Saúde explicou que a situação dos  
169 pneumologistas se agravou após a aposentadoria da profissional que atendia o  
170 município. Foi informado que, atualmente, o Estado disponibiliza apenas uma  
171 vaga mensal para consultas na especialidade, número considerado insuficiente  
172 diante da demanda existente. Como medida emergencial, o município firmou  
173 contrato com uma profissional para a realização de dez consultas mensais e  
174 trabalha na elaboração de novos processos de contratação para ampliar a  
175 oferta de especialistas. A gestão também destacou que muitos especialistas  
176 estão se aposentando e que a responsabilidade pela média e alta  
177 complexidade é compartilhada principalmente com o Estado, o que dificulta a  
178 resolução imediata do problema. Durante a discussão, foi solicitado que a  
179 Secretaria apresente ao Conselho um levantamento detalhado das filas de  
180 espera e das demandas por especialidades no município, permitindo que os  
181 novos conselheiros compreendam melhor a realidade local e acompanhem a  
182 evolução dessas necessidades. Também foi debatida a importância da  
183 participação do Conselho Municipal de Saúde nos espaços regionais de  
184 discussão e contratualização de serviços, junto ao Departamento Regional de  
185 Saúde (DRS), como forma de fortalecer a representação de Catanduva na  
186 busca por recursos, vagas e serviços especializados. A Secretaria informou  
187 que a escassez de vagas e profissionais não é um problema exclusivo do  
188 município, mas uma realidade observada em toda a região. Explicou que a  
189 demanda por especialidades cresceu significativamente ao longo dos anos em  
190 razão do envelhecimento da população e da migração de usuários do sistema  
191 privado para o SUS. Além disso, esclareceu que o Estado acompanha as filas  
192 de espera por meio do sistema de regulação e que as reivindicações são



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

194 constantemente levadas às instâncias regionais e estaduais de gestão da  
195 saúde. Outro tema amplamente debatido foi a falta de fonoaudiólogos e  
196 terapeutas ocupacionais, especialmente para o atendimento de crianças com  
197 Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições neurodivergentes.  
198 Representantes da gestão e da organização responsável pelos serviços  
199 relataram que há escassez desses profissionais em todo o país, inclusive no  
200 setor privado. Foi explicado que o aumento expressivo dos diagnósticos de  
201 TEA nos últimos anos elevou significativamente a procura por esses  
202 profissionais, gerando uma valorização rápida da categoria e tornando a  
203 contratação cada vez mais difícil. Mesmo com tentativas de flexibilização dos  
204 modelos de contratação e adequação dos valores pagos, a dificuldade para  
205 encontrar profissionais continua sendo um dos principais desafios enfrentados.  
206 Durante o debate, também foram apresentadas reflexões sobre a necessidade  
207 de integração entre saúde, educação e entidades da sociedade civil para  
208 ampliar o atendimento às famílias. Uma representante de associação voltada  
209 ao apoio de famílias atípicas fez um relato sobre as dificuldades enfrentadas  
210 por mães e responsáveis, abordando a demora para obtenção de laudos, a  
211 escassez de terapias e o desgaste emocional vivido por muitas famílias. Ela  
212 defendeu a construção de parcerias e ações conjuntas, argumentando que  
213 existem soluções possíveis quando diferentes setores trabalham de forma  
214 colaborativa. Em sua fala, destacou ainda a importância de olhar para todas as  
215 condições relacionadas às neurodivergências e deficiências, evitando que o  
216 foco exclusivo no autismo deixe outras necessidades em segundo plano.  
217 Também foram apresentadas reclamações relacionadas ao atendimento no  
218 CAPS Infantil. Uma conselheira relatou que familiares reclamaram sobre  
219 atrasos de profissionais e tempo reduzido de atendimento psicológico às  
220 crianças. A Secretaria orientou que situações específicas sejam formalizadas  
221 por meio da Ouvidoria, permitindo a investigação dos casos e a adoção das  
222 medidas necessárias. Foi reforçada a importância de registrar oficialmente as  
223 reclamações para que possam ser apuradas de forma adequada.



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

225 Outro assunto tratado foi a remuneração dos profissionais de enfermagem da  
226 UPA. Houve questionamentos sobre diferenças salariais e pagamento do piso  
227 da categoria. A gestão esclareceu que os profissionais recebem o salário  
228 previsto pela organização gestora e que a complementação necessária para  
229 atingir o piso nacional da enfermagem é realizada por meio de recursos  
230 federais repassados ao município e posteriormente à entidade responsável  
231 pela contratação. Também foi explicado que o valor varia de acordo com a  
232 carga horária efetivamente trabalhada. Ao final das discussões, Raphael  
233 apresentou como sugestão a ampliação de parcerias com profissionais e  
234 clínicas particulares para reduzir temporariamente a fila de espera em  
235 especialidades com grande demanda. Em resposta, foi informado que esse tipo  
236 de contratação já ocorre em algumas áreas, mas que, em especialidades como  
237 fonoaudiologia e terapia ocupacional, a principal dificuldade atualmente não é  
238 apenas financeira, mas a própria escassez de profissionais disponíveis no  
239 mercado. Encerradas as manifestações e esclarecimentos, a reunião ordinária  
240 foi oficialmente finalizada pela presidência do Conselho. Eu, Leonardo Azevedo  
241 Vendramini lavrei a presente Ata, que será lida e aprovada pelos Membros que  
242 estiveram presentes na Reunião.

243 Alessandra Merighi Montes Mota \_\_\_\_\_

244 Ana Paula de Moraes Panicio \_\_\_\_\_

245 Andréa Verna Pereira \_\_\_\_\_

246 Andréa Alcântara Bertochi \_\_\_\_\_

247 Antonio Sérgio Munhoz \_\_\_\_\_

248 Daniel Henrique Gonçalves \_\_\_\_\_

249 Emerson Cleiton Rodrigues \_\_\_\_\_

250 Eva Narciso Miguel \_\_\_\_\_



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

- 252 Fábria Ferreira da Silva Pietro \_\_\_\_\_
- 253 Flavia Carolina Malaquias Chagas \_\_\_\_\_
- 254 Giselda Mara Orlando Gozzo \_\_\_\_\_
- 255 Gislane Terezinha Grandizolli Martani \_\_\_\_\_
- 256 Glauce Caroline Nardone \_\_\_\_\_
- 257 Guido Corsini Neto \_\_\_\_\_
- 258 José Benedito Vendramini \_\_\_\_\_
- 259 Leonardo Azevedo Vendramini \_\_\_\_\_
- 260 Maria Aparecida de Oliveira Martins \_\_\_\_\_
- 261 Maria do Carmo Biela Netto \_\_\_\_\_
- 262 Newton Fernando Veteri \_\_\_\_\_
- 263 Orivaldo Benedito de Lima \_\_\_\_\_
- 264 Pedro Jorge Custodio Da Silva \_\_\_\_\_
- 265 Raphael Dias Monteiro \_\_\_\_\_
- 266 Rosangela Aparecida Gisse Pinto \_\_\_\_\_
- 267 Sérgio Menoci Rodrigues Dos Santos \_\_\_\_\_
- 268 Sophia Laura Pereira Araújo \_\_\_\_\_